

CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA

INSTITUIÇÕES DE DIREITO CIVIL

Volume II

TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES

31ª edição

Revista e atualizada por

Guilherme Calmon Nogueira da Gama



18-54280

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Prefácio</i>	IX
<i>Nota do atualizador</i>	XVII
Capítulo XXV – Noção Geral de Obrigação	
126. Conceito de obrigação	3
127. Evolução histórica da obrigação	7
128. Elementos essenciais da obrigação	15
129. Obrigação civil e obrigação natural	28
130. Fontes da obrigação	33
131. Obrigação propriamente dita. Obrigação real. Obrigação <i>propter rem</i>	38
Capítulo XXVI – Classificação das Obrigações quanto ao Objeto: Positivas e Negativas	
132. Classificação das obrigações em geral	45
133. Obrigações de dar e de restituir coisa certa	49
134. Obrigação de dar coisa incerta	54
135. Obrigação de fazer	57
136. Obrigação de não fazer	63
136-A. Breves considerações sobre aspectos processuais	65
Capítulo XXVII – Classificação das Obrigações quanto ao Sujeito: Indivisibilidade e Solidariedade	
137. Conceito de indivisibilidade	69
138. Efeitos da indivisibilidade: pluralidade de devedores e de credores	73
139. Perda da indivisibilidade. Distinção da solidariedade	77
140. Conceito de solidariedade	79
141. Solidariedade ativa	87
142. Solidariedade passiva	92
143. Extinção da solidariedade	98
Capítulo XXVIII – Classificação das Obrigações quanto aos Elementos não Fundamentais	
144. Obrigação alternativa. Direito de escolha. Impossibilidade da prestação	105
145. Obrigação condicional e a termo	113
146. Obrigação principal e acessória	116
147. Prestação de juros	118
148. Prestação pecuniária	128
Capítulo XXIX – Cláusula Penal	
149. Natureza e caracteres da cláusula penal	143

150. Pena convencional moratória e compensatória. Cláusula de arrependimento . . .	148
151. Efeitos da cláusula penal	152
Capítulo XXX – Pagamento	
152. Execução voluntária. Pagamento	163
153. Condições subjetivas do pagamento.	167
154. Condições objetivas do pagamento	178
155. Lugar do pagamento.	186
156. Tempo do pagamento	189
157. Prova do pagamento.	194
Capítulo XXXI – Pagamentos Especiais	
158. Pagamento por consignação	201
159. Pagamento com sub-rogação	211
160. Imputação do pagamento	219
161. Dação em pagamento	223
Capítulo XXXII – Extinção das Obrigações sem Pagamento	
162. Novação	233
163. Compensação	243
164. Transação	257
165. Confusão.	257
166. Compromisso	261
167. Remissão	262
Capítulo XXXIII – Enriquecimento sem Causa e Pagamento Indevido	
168. Enriquecimento sem causa	271
169. Repetição do pagamento	278
170. Retenção do pagamento indevido.	285
Capítulo XXXIV – Mora	
171. Conceito de mora. Do devedor e do credor	291
172. Purgação e cessação da mora	298
173. Constituição em mora.	300
Capítulo XXXV – Inadimplemento das Obrigações	
174. Inadimplemento da obrigação, absoluto e relativo.	305
175. Dolo e culpa	309
176. Indenização: dano patrimonial e dano moral	315
176-A. Perdas e danos	325
176-B. Juros legais	331
177. Inimputabilidade: caso fortuito e força maior. Eliminação do risco	335

178. Exoneração convencional: cláusula de não indenizar	341
178-A. Arras	345
178-B. Preferências e privilégios creditórios	348

Capítulo XXXVI – Transferência das Obrigações

179. Cessão de crédito: conceito e natureza	351
180. Validade da cessão: entre as partes e em relação a terceiros	357
181. Responsabilidade do cedente	361
182. Efeitos da cessão: quanto ao devedor e ao cessionário	364
183. Assunção de débito	368
183-A. Cessão de contrato	376

Capítulo XXXVI-A – Preferências e Privilégios Creditórios

183-B. Responsabilidade Patrimonial	381
183-C. <i>Par conditio creditorum</i>	382
183-D. Insolvabilidade, insolvência e insolvência civil	383
183-E. Preferências e privilégios	387
183-F. Créditos com privilégio especial	391
183-G. Créditos com privilégio geral	394
183-H. Quadro geral de credores	397

Apêndice	399
----------	-----

Índice Alfabético-Remissivo	425
-----------------------------	-----

1. Giorgio De Vezio, *Evoluzione ed involuzione del Diritto*, Roma, 1945, pág. 11, refere-se à “un tentativo di conciliazione tra il valore dell’ordine e il valore della libertà”, muito embora para assegurar um desses valores seja necessário sacrificar

Nota da Editora: as alterações na organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, estabelecidas pela Medida Provisória 870/2019, não foram incorporadas ao conteúdo da obra tendo em vista que, até o fechamento desta edição, as novas estruturas regimentais que constam nos Decretos regulamentadores não estavam em vigor (início previsto para 30.01.2019).